

ANÍSIO TEIXEIRA E A DEFESA DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: O DEBATE NECESSÁRIO FACE À LDB E AO PNE

Marisa Xavier Coutrim Dalri¹
Vera Lucia Carvalho Machado²

RESUMO

O presente artigo trata da importância do pensamento de Anísio Teixeira para a construção teórica e prática de uma escola de tempo integral no Brasil, a partir da década de 1920, dentro do movimento educacional denominado escolanovismo. Em contato com as idéias deweyanas, o educador baiano concebeu, propôs, construiu e defendeu uma escola pública de tempo integral, com funções ampliadas. Neste momento, considera-se necessária a volta da escola de tempo integral ao debate político por estar presente na LDB e também como meta do Plano Nacional de Educação 2011/2020.

Palavras-chave: Escola de tempo integral. Anísio Teixeira. Experiência e educação. John Dewey. Educação integral.

INTRODUÇÃO

Confesso que não venho aqui falar-vos sobre o problema da educação sem certo constrangimento. Sobre assunto algum se falou tanto no Brasil e tão pouco se realizou. Não há, assim, como fugir à impressão penosa de que estamos a nos repetir. Há cem anos os educadores se repetem. Esvaímos-nos em palavras e nada fazemos. Atacou-nos, por isto mesmo, um estranho pudor pela palavra e um desespero mudo pela ação.
(Anísio Teixeira em discurso na Assembléia Legislativa da Bahia – 1947)

As pesquisas a respeito da ampliação do tempo escolar adquirem maior relevância no cenário educacional atual em que a

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da PUC Campinas - marisadalri@hotmail.com

² Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós Graduação da PUC-Campinas - veris@puc-campinas.edu.br

escola de tempo integral, mais uma vez, volta a se destacar como política pública educacional.

A ampliação do tempo escolar como direito da criança e do adolescente está garantida, desde 1996, no artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o qual diz que "A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola." O parágrafo 2º deste mesmo artigo estabelece que "O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino." O parágrafo 5º do artigo 87 da mesma lei assegura esta ampliação de jornada, quando cita que "Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral³." (grifos nossos).

A ampliação do tempo escolar também está prevista como meta nº 6, no Projeto de Lei Federal que regulamenta o novo Plano Nacional de Educação 2011/2020. Esta meta estabelece que a educação em tempo integral seja oferecida em 50% das escolas públicas de educação básica até o final de 2020.

Neste sentido, a aprovação da aplicação de 10% do PIB para a Educação no dia 26 de junho de 2012, pela comissão especial do Plano Nacional de Educação (PNE) da Câmara dos Deputados, embora com atraso, vem aumentar as chances de se poder realizar esta importante meta do PNE - Plano Nacional de Educação.

A educação integral tem sido discutida por vários autores brasileiros nas últimas décadas. Destaco neste artigo Teixeira (1955, 1956, 1976), além de Bomeny (2009) e Cavaliere (2010), pesquisadoras que pertencem ao grupo mais recente dos educadores que defendem a escola de tempo integral (ETI) como possibilidade de se construir uma educação pública de melhor qualidade. As autoras se contrapõem àqueles educadores do final da década de oitenta, como Kramer; Gobim (1987) e Paro (1988) os quais defendiam que primeiro a educação básica deveria ser universalizada para, somente depois, a escola pública de tempo integral ser oferecida como direito às crianças e adolescentes.

3 É importante ressaltar que o critério para cômputo da matrícula em Educação Integral no Censo Escolar observa o mínimo de sete horas diárias.

Apesar das divergências conceituais sobre a questão da ampliação dos tempos escolares, parece haver um consenso, pelo menos no âmbito da legislação, de que a educação é fundamental para que o ser humano, além de ter acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, tenha condições de conhecer, compreender e reivindicar seus direitos previstos na legislação, possibilitando-lhe o exercício pleno da cidadania.

No entanto, o direito à ampliação do tempo escolar ainda não se consolidou como política pública, caracterizando-se como programas focalizados, com um caráter mais de política de governo, dependentes de mandatos e partidos políticos, do que de efetiva política de Estado.

Alguns exemplos de cidades brasileiras com experiências de escola de tempo integral são: Fortaleza (CE); de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Taiobeira (MG); Belém (PA); Apucarana, Curitiba e Porecatu (PR); Rio de Janeiro (RJ); Santo Angelo (RS); Americana, Piracicaba, Pirassununga e Santa Bárbara D'Oeste (SP).

Em reportagem feita por Lina Moscoso (2010) lê-se que "O Ceará é o estado do Nordeste que apresenta mais experiências de escolas públicas em tempo integral (que possuem jornada de, pelo menos, sete horas diárias), de acordo com pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação⁴ (MEC)".

Finalmente, convém destacar, pela amplitude de suas políticas públicas educacionais, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Na rede pública estadual paulista foram implantadas mais de quinhentas escolas de tempo integral de Ensino Fundamental, no ano de 2006, por meio do denominado Programa Especial de Educação (PEE), com o objetivo de ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

No Rio de Janeiro, conforme Cavalieri e Coelho (2003) foram criados quinhentos e seis CIEPs – Centro Integrado de Educação Pública, durante o período de 1982 a 1986, época em que o incansável defensor da ETI, o antropólogo, político e educador Darcy Ribeiro foi vice-governador daquele estado. Além de ser um destemido e apaixonado defensor da educação popular, o criador dos CIEPs também era um seguidor das ideias de Anísio Teixeira.

4 Trata-se de uma pesquisa nacional desenvolvida pelas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), de Brasília (UNB), de Minas Gerais (UFMG) e do Paraná (UFPR), a pedido da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), vinculada ao MEC, com o objetivo de divulgar as experiências em tempo integral existentes no País.

Diante do exposto, julga-se importante compreender um pouco da recente história educacional brasileira sobre a escola de tempo integral, suas origens, seus pressupostos e seus precursores, objetivando a produção de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, possibilitando a ampliação do debate a respeito do tema.

Para tanto, destaca-se a figura do educador Anísio Teixeira, um dos precursores da educação integral no Brasil e participante ativo do movimento educacional denominado escolanovismo, do início do século 20. Na concepção escolanovista a escola formaria cidadãos reconhecedores de seus direitos e deveres, que colocariam em prática, na sociedade, valores aprendidos como autonomia, responsabilidade, criticidade e cooperação.

Ao lado de importantes intelectuais da educação como Fernando de Azevedo, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e outros – o educador Anísio Teixeira teve presença marcante no cenário educacional brasileiro, com ênfase na educação integral.

○ PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Nas primeiras décadas do século vinte, conforme Bomeny (2009, p.111), o Brasil - já naquela época marcado pelas diferenças econômicas e sociais - estava dividido, não apenas economicamente entre os poucos privilegiados e os muitos desprovidos, mas entre os habitantes das áreas urbanas e os que lutavam pela permanência ou, na maioria das vezes, pela saída das áreas rurais. Mais do que um enorme êxodo rural e a respectiva ocupação desordenada dos espaços urbanos, segundo a autora, esta movimentação de grandes massas populacionais, provocou um dos maiores movimentos demográficos brasileiros, com o surgimento "de categorias de pensamento voltadas para definir regiões e costumes como atrasados ou modernos, jecas ou sofisticados, provincianos ou metropolitanos." (id., *ibid.*)

No que diz respeito à educação, segundo Cavaliere (2010, p. 249), nas décadas de 1920 e 1930 coexistiam no Brasil diversas correntes educacionais que defendiam a educação integral, as quais podem ser divididas basicamente em duas: *as autoritárias* formadas por aqueles que defendiam a distribuição hierárquica dos indivíduos nos segmentos da sociedade, objetivando obter maior

controle social sobre os mesmos, e *as liberais* que enxergavam na educação integral, voltada para a cooperação e a participação, a possibilidade de modificar as bases sociais, com vistas à construção de uma sociedade democrática.

Um exemplo de concepção autoritária e elitista de educação integral foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), transformada em partido em 1935, cujo conceito de educação integralista envolvia valores como sacrifício, sofrimento, disciplina e obediência, sendo que a família, o Estado e a religião deveriam trabalhar juntos, em prol de uma intensiva ação educativa que unisse estas três instâncias.

Conforme Bomeny (2009, p.111) os educadores liberais da época, (também conhecidos como progressistas ou escolanovistas), dentre eles Anísio Teixeira, formavam um grupo de intelectuais que se impôs a responsabilidade e o compromisso de encontrar soluções para o país. Este movimento, orientado pelos defensores da escola nova, foi denominado por Jorge Nagle (2001, p. 135) de "otimismo pedagógico", pois se acreditava que por meio da escolarização, muitos dos problemas sociais seriam resolvidos.

A defesa de uma escola pública obrigatória, democrática e laica, com funções ampliadas, também aparece claramente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento elaborado em 1932 pelos intelectuais que propunham a renovação educacional do país, incluindo Anísio Teixeira. A ideia de educação integral contida neste documento era a que defendia uma educação pública como direito do indivíduo, com alcance nas diversas dimensões de sua formação.

Diante deste quadro, é compreensível que Anísio Teixeira, a partir desta concepção de escola com tarefas e responsabilidades sociais ampliadas, defendesse uma escola pública em tempo integral para todos, como solução para iniciar essas crianças - provindas em sua maioria, dos espaços rurais - nos códigos de relacionamento e sociabilidade, preparando-as para a vida em sociedade.

O pragmatismo de John Dewey influenciou sobremaneira a concepção de educação integral de Anísio Teixeira, na compreensão de que o conhecimento se desenvolve no fazer, na ação, pela experiência e não pela aprendizagem formal, pré-concebida e exterior ao aluno.

Foi a partir desses conhecimentos que o educador baiano pode construir um projeto de reforma para educação brasileira.

A INFLUÊNCIA DE JOHN DEWEY NO PENSAMENTO ANISIANO

John Dewey, filósofo e educador americano nasceu em Vermont, EUA, em 1859 e faleceu em 1952. Suas principais obras e seus respectivos anos de publicação foram: *A Escola e a Sociedade* (1900); *A Criança e o Currículo* (1902); *Interesse e Esforço na Educação* (1913); *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação* (1916); *Experiência e Educação* (1938). Várias de suas obras foram traduzidas por Anísio Teixeira, o que permitiu a disseminação de suas concepções educacionais aos educadores brasileiros.

As concepções deweyanas sobre filosofia, educação e conhecimento foram alicerçadas em David Hume, Kant e Rosseau, tendo em vista, conforme Tiballi (2003, p. 2), superar a filosofia de caráter contemplativo, especulativo, pela racionalidade científica e a formulação de uma nova concepção de verdade, a partir da experiência.

O pragmatismo surge no momento de consolidação da sociedade americana após a guerra civil; da institucionalização de suas universidades; da separação entre a Igreja e o Estado e no interior do movimento de instauração de um "mundo novo", fundado na ciência e na tecnologia e ancorado na idéia de educação como fator de desenvolvimento. (TIBALLI, 2003, p. 2)

Considerado um dos principais pensadores pragmatistas americanos, Dewey compreendia a filosofia "como a investigação e a descoberta das soluções dos conflitos, antíteses, antagonismos e perplexidades que atormentam o espírito humano em cada momento da história." (DEWEY, 1959, p. XI).

Em sua obra *Democracia e Educação* (1959), o educador deixou clara sua concepção de conhecimento como um processo que, embora individual, se dá num ambiente social, no qual o que o indivíduo "faz e pode fazer depende dos desejos, exigências, aprovação e reprovação dos outros". (DEWEY, 1959, p.13)

A contribuição de Dewey para a educação brasileira ocorreu indiretamente, por meio de seu aluno e entusiasta, o também educador Anísio Teixeira que, em 1927, fez uma viagem de sete meses aos EUA, onde participou de alguns cursos na Universidade

de Columbia, em Nova York, além de visitar e conhecer várias escolas norte-americanas.

No ano seguinte, retornou àquele país para aprofundar seus estudos, conquistando o diploma de *Master of Arts* da Universidade de Columbia. Durante o curso, Anísio Teixeira entrou em contato com as obras de John Dewey, sendo influenciado fortemente por elas em suas bases teórico-filosóficas.

Segundo o filósofo e educador americano, a criança aprende pela experiência numa relação de analisar, experimentar e agir. Assim sendo, defendeu uma filosofia da educação baseada na experiência, a qual permitiria aos educandos uma aprendizagem mais ativa, participativa e democrática, reflexo do pensamento liberal e da democracia americana de sua época. Neste sentido, educar seria relacionar o ensino à experiência pessoal do aluno:

Chegamos assim a uma definição técnica da educação: *é uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes.* (grifo do autor) (Id. Ibid., p.83)

Porém, para Dewey, nem toda experiência tem valor educativo, sendo educativa apenas a que se baseia na continuidade de um conhecimento significativo que afeta o aluno em seu modo de pensar, entender e se comportar diante do mundo. (DEWEY, 1978, p.36).

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO ANISIANO PARA A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité (BA) a 12 de julho de 1900, vindo a falecer no dia 11 de março de 1971 na cidade do Rio de Janeiro, no auge da ditadura militar, quando foi encontrado misteriosamente caído num fosso de elevador.

Suas principais obras foram: *Educação Para a Democracia* (1936); *Bases da Teoria Lógica de Dewey* (1955); *A Administração Pública Brasileira e a Educação* (1956); *Educação Não é Privilégio* (1957); *Educação é Um Direito* (1968).

Anísio também se destacou na vida pública, quando, em 1950, foi diretor do INEP - *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*,

atualmente *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Foi também o criador e primeiro dirigente da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criada em 11 de julho de 1951, a qual Anísio dirigiu até o golpe militar de 1964. Foi um dos idealizadores da UnB -Universidade de Brasília, inaugurada em 1961, sendo seu reitor em 1963. Também foi afastado deste cargo após o golpe militar de 1964.

Embora a ideia de uma educação escolar ampliada esteja presente em toda a obra de Anísio Teixeira, é interessante notar que ele não utiliza a expressão “educação integral”, conforme atenta Cavaliere (2010), provavelmente para evitar qualquer identificação com os Integralistas de 1930 que usavam muito as expressões “homem e educação integral”, porém com concepções educacionais bem diferentes daquelas dos educadores escolanovistas.

Além de professor e diretor de escola, Anísio também foi jurista e escritor, tendo sido aluno do filósofo e educador americano John Dewey, cujas concepções marcaram profundamente o pensamento anísiano. Influenciado por Dewey, Anísio contribuiu sobremaneira para a construção de uma concepção teórica e prática de ampliação dos tempos e espaços escolares na educação pública brasileira, em especial a educação primária.

A DEFESA DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Conforme Cavaliere (2010) Teixeira deixa transparecer em sua obra *Educação para a Democracia* (1997) reflexões profundas sobre a correlação entre civilização e educação, a condição de permanente aprendizagem do ser humano e o tipo de educação que favorece a democracia. O educador justifica a necessidade de se modificarem as funções da escola, pois no caso das sociedades em transição como a sociedade brasileira da época, o progresso surge antes de os homens estarem preparados para ele. Daí a necessidade de uma escola

[...] que não poderá ser apenas perpetuadora dos costumes, hábitos e ideias da sociedade, mas terá de ser também renovadora, consolidadora e retificadora dos costumes, hábitos e ideias, que se vão introduzindo na sociedade pela implantação de novos meios de trabalho

e novas formas de civilização. (TEIXEIRA, 1997, p. 85 apud CAVALIERE, 2010, p. 254).

As diversas reformas estaduais de ensino ocorridas nos anos de 1920 resultaram na formação de um consenso em torno da necessidade de ampliação da jornada diária dos alunos, principalmente nas escolas primárias. As reformas previam uma diversificação dos programas, criando atividades extracurriculares e paraescolares, surgindo, assim, uma nova concepção de educação escolar com novas responsabilidades sociais.

[...] não se pode conseguir essa formação em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte. (TEIXEIRA, 1994, p. 63 apud CAVALIERE, 2010, p.17)

Neste sentido, a reforma do ensino paulista elaborada por Sampaio Dória, surge na contramão da história, pois tendo a alfabetização como tema central, propunha a redução do ensino primário de quatro para dois anos, com vistas a um crescimento rápido do número de alfabetizados no estado. Esta reforma gerou inúmeras críticas dos educadores e intelectuais da educação que perceberam

[...] o equívoco de ter a alfabetização como um fim em si mesmo, sem um projeto de inserção educacional mais amplo e culturalmente consequente [...] a redução do número de anos e da jornada escolar no ensino primário foi entendida por muitos como um retrocesso para o ensino paulista da época. (CAVALIERE, 2010, p.249)

Anísio Teixeira foi um dos maiores críticos desta reforma a qual ele chamou de "simplificação da escola pública", por entender que uma educação primária efetivamente pública deveria manter e não

reduzir o número das séries escolares, prolongando e não reduzindo as horas, os dias e o ano letivo.

O educador baiano sempre juntou pensamento e ação, combinando conhecimento científico e posicionamento político, destacando-se entre os liberais "por sua significativa elaboração teórica e técnica, visando à ampliação das funções da escola e o seu fortalecimento como instituição." (CAVALIERE, 2010, p. 3)

Tendo como pressuposto que somente uma escola que funcionasse como uma espécie de universidade para crianças e adolescentes poderia propiciar esse tipo de experiência, Anísio Teixeira implantou em 1950, na Bahia, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro como que representando todo o caráter teórico e prático de seu legado educacional.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro era um complexo educacional com capacidade para quatro mil alunos, que abrigava crianças dos sete aos 15 anos que lá permaneciam das 7h30 às 16h30h.

Pode-se notar uma estreita relação entre o prédio escolar e a qualidade do ensino pretendida nesta escola pública de período integral, com funções ampliadas, que funciona até hoje na capital baiana.

[...] constava de quatro escolas - classe com capacidade para mil alunos cada, em dois turnos de quinhentos alunos, e uma escola-parque composta dos seguintes setores: (a) pavilhão de trabalho; (b) setor socializante; (c) pavilhão de educação física, jogos e recreação; (d) biblioteca; (e) setor administrativo e almoxarifado; (f) teatro de arena ao ar livre e (g) setor artístico. A escola-parque complementava de forma alternada o horário das escolas-classe, e assim o aluno passava o dia inteiro no complexo, onde também se alimentava e tomava banho. (CAVALIERE, 2010, p. 19)

Sua pretensão de construir ao todo nove Centros como esse não chegou a ser realizada.

Segundo Cavaliere (2010), no livro *Educação não é privilégio* (1953), Teixeira retoma e desenvolve a concepção de educação escolar ampliada e defende o horário integral, a ser oferecido pelo menos na escola primária, a qual, segundo ele deveria ter "um

fim em si mesmo” e só secundariamente preparar para os níveis posteriores.

No entendimento de Teixeira, a escola primária não deveria ser de tempo parcial por dois motivos: primeiro porque não havia condições de oferecer nem esta educação básica mínima a toda a população da época; segundo porque esta não deveria ser uma escola que fornecesse informações e treinamentos mecânicos; preocupada apenas em ensinar a ler e escrever; ao contrário, deveria ser formadora “de hábitos de pensar e de fazer, de conviver e participar em uma sociedade democrática [...]”. (TEIXEIRA, 1953, p. 105 apud CAVALIERE, 2010, p.5)

EDUCAÇÃO ESCOLAR BASEADA NUMA CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO AMPLIADO

Tendo em vista que um dos princípios do pensamento deweyano sobre educação é a imperativa necessidade de se relacionar o ensino à experiência pessoal e anterior do aluno e que, portanto, os alunos aprendem melhor realizando tarefas práticas associadas a conteúdos significativos, pode-se depreender daí a importância da organização de um currículo que busque tais fins.

Em seu livro “Experiência e Educação”, Dewey (S.D., p, 6) contrapõe a educação tradicional baseada na transmissão de conhecimentos das gerações maduras para as imaturas, com a educação progressista, na qual ele acredita, denominando-a de Educação Nova.

Segundo o pensamento do educador americano, esses dois tipos de educação se diferenciam, principalmente por seus objetivos, sendo o principal objetivo da escola tradicional preparar o jovem para as responsabilidades futuras e para o sucesso na vida, por meio de aquisição de informações e conhecimentos organizados e pré-determinados pelo professor, incluindo aí as normas de conduta.

Já a escola progressista ou escola nova, segundo Dewey, (Ibid., p. 22) deve ter um plano de educação sustentado pelo entendimento de que a educação é desenvolvida dentro, por e para a experiência, que pode e deve ser mediada pelo professor, contribuindo assim para a aquisição de novas experiências. A educação escolar deve ser, mais do que uma preparação para a vida, a própria vida.

As características principais desta escola nova são:

- A necessidade de planejamento inteligente e antecipado;
- O educador é o responsável pelo conhecimento satisfatório dos indivíduos e das disciplinas;
- O conhecimento irá conduzir a escolhas de atividades que produzam organização social, permitindo a contribuição de todos;
- O principal elemento de controle é a própria atividade compartilhada;
- O educador deve estudar as necessidades do grupo de educandos;
- O planejamento deve ser flexível para permitir o livre exercício da experiência; individual e firme para dar a direção ao desenvolvimento da capacidade dos alunos.

Dewey (ibid., S.D.) chama a atenção para o fato de que, apesar de não parecer à primeira vista, é mais difícil ser um professor progressista do que um professor tradicional, visto que:

- 1) seu papel seria exercer influência moral no aluno, além de desenvolver sua inteligência e seu pensamento reflexivo;
- 2) seu conhecimento se dá através de atitudes intencionais e investigação sistematizada.

O educador americano também preocupou-se com a formação de “um novo professor para as funções mais amplas da escola.” (TEIXEIRA, 1994, p. 105 apud CAVALIERE, 2010)

A IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA E DO CONHECIMENTO PARA O PERFIL DESTA NOVA ESCOLA

Em seu artigo “A Administração Pública Brasileira e a Educação”, Anísio Teixeira faz uma forte crítica ao Estado autoritário brasileiro do período de 1937 a 1945, o qual promoveu uma forte e centralizadora racionalização burocrática de seus órgãos, incluindo o Ministério da Educação, “como forma de exercício do seu domínio - não para produzir, mas para controlar” (TEIXEIRA, 1956, p.4).

Para o educador, esse racionalismo centralizador atingiu tanto o caráter pedagógico como o administrativo das escolas e

dos sistemas educacionais, com efeitos negativos para a educação da época. Segundo Anísio, "Toda centralização, mesmo razoável, importa sempre em criar certa irresponsabilidade no centro e certa impotência na periferia." (id., *ibid.*, p.11)

Além disso, para ele, a uniformização das escolas e de seu trabalho controlados por órgãos técnicos e administrativos centrais, eram atitudes profundamente antidemocráticas, na medida em que criavam organismos gigantescos, burocráticos e inoperantes.

Outra não é a tarefa da democracia, que, constituindo historicamente, a luta do homem pela organização de um estado em que fique salvaguardada a sua relativa independência individual, passou a ser também a sua luta por uma organização do trabalho, em que não se veja transformado em engrenagem pura e simples de uma máquina econômica. (TEIXEIRA, 1956, p.4)

Teixeira acreditava ser necessário se levar em conta as diferenças individuais de cada pessoa, local e circunstância, além de se procurar preservar a integridade e a autonomia da escola que possui fins e objetivos diferentes de outras instituições.

Mas, escolas não são serviços materiais, e sim, casas de educação, exigindo que alunos e educadores tenham a autonomia necessária para juntos conduzirem um processo que é, por excelência, pessoal e tão diversificado quanto fôr o número de alunos que ali se estiverem educando. Se há tarefa que não pode obedecer a planos previamente fixados é a da educação. (id., *ibid.*, p.17)

Na concepção do educador baiano a educação se dá no meio social, mas é antes de tudo, um processo de cultura individual. Perdendo-se a individualidade do aluno, do professor, da escola, perde-se também

[...] a possibilidade de vida na escola, pois vida é integração e autonomia e, na escola de hoje, os processos de 'racionalização da administração'

destruíram toda integração, transformando-a em uma justaposição de aspectos impostos e mecânicos. (id., *ibid.*, p.17)

Para Teixeira o princípio da autonomia deve ser um dos princípios fundamentais da organização do ensino.

A lei, em educação, tem de se limitar a indicar os objetivos da educação, a fixar certas condições externas e a prover recursos para que a mesma se efetive. Não pode prescrever as condições internas do seu processamento, pois essas condições são resultantes de uma ciência e uma técnica em constante desenvolvimento, e objeto do contróle da consciência profissional dos próprios educadores, e não de leis. (id., *ibid.*, p.18)

Para além das concepções e movimentos políticos conjunturais, o grande diferencial do pensamento sobre educação integral desenvolvido por Anísio Teixeira deveu-se ao aprofundamento de seus fundamentos filosóficos, a partir, justamente, da filosofia social deweyana que não concebia educação massificadora e homogeneizadora e sim individual, conforme Dewey (1959, p.112) onde o papel da escola e do professor é estarem atentos para a questão da interação entre os conteúdos e as experiências pessoais dos alunos.

Tanto na filosofia social de Dewey, como em todo o pensamento de Anísio, a questão da democracia é a questão crucial. A 'reconstrução da experiência', ou seja, a possibilidade de os indivíduos viverem experiências que são, também, pensamento, é o elemento fundamental para a criação do modo de vida democrático. (CAVALIERE, 2010, p.22)

Se Anísio buscava aprofundar conceitualmente suas concepções sobre uma instituição escolar socialmente fortalecida, encontrou essa possibilidade no progressivismo de John Dewey, podendo-se supor que a trajetória intelectual do educador baiano reforçou ainda mais sua adesão à escola com funções ampliadas.

As escolas só voltarão a ser vivas, progressivas, conscientes e humanas, quando se libertarem de tôdas as centralizações impostas, quando seu professorado e pessoal a ela pertencerem, em quadros próprios da escola, constituindo seu corpo de ação e direção, participando de tôdas as suas decisões e assumindo tôdas as responsabilidades. (TEIXEIRA, 1956, p.18)

Segundo Cavaliere (2010, p.22), o projeto republicano de educação de Anísio e a teoria pragmatista da educação como reconstrução da experiência de Dewey, juntamente com uma crítica acirrada ao sistema escolar vigente "impulsionou a elaboração do projeto anisiano de educação integral."

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MEC E A TENTATIVA DE SE RETOMAR O PROJETO DE ETI

Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, o Programa Mais Educação do MEC – Ministério da Educação Cultural - tem como objetivo aumentar a oferta educativa nas escolas públicas, com a ampliação dos tempos escolares, por meio de atividades de caráter optativo. Para isto, o MEC repassa aos municípios recursos financeiros e materiais para atender, prioritariamente, às escolas que apresentam baixo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, situadas em capitais e regiões metropolitanas. São oferecidas atividades como acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção à saúde, educação econômica.

Analisando a Cartilha "Passo a Passo" do Programa Mais Educação, percebem-se pontos em comum entre a concepção de educação integral do educador Anísio Teixeira e a do MEC. Segundo tal Cartilha, a educação integral reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, traduzindo-se como direito à vida, à convivência familiar e comunitária e como condição para o desenvolvimento da sociedade republicana e democrática.

O referido documento também reconhece a importância do gestor na organização da ETI. Segundo ele, cabe ao diretor promover o debate da Educação Integral nas diversas reuniões que ocorrem na escola, construindo o Projeto Político Pedagógico - PPP desta escola, a

organização dos saberes, dos tempos e espaços, inclusive os espaços potencialmente educacionais da comunidade e da cidade.

O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, em um ambiente favorável à aprendizagem. Cabe também ao diretor garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas, pressupostos, pelo Programa Mais Educação e garantir a transparência (exposições, prestação de contas dos recursos recebidos). (MEC, 2007, p.16)

A cartilha do MEC também reafirma o papel da escola de tempo integral na tentativa de superação da frágil relação escola-comunidade “expressa inclusive na conceituação de turno x contraturno, currículo x ação complementar.” (MEC, 2007, p.14)

Apesar da extensão e alcance do referido Programa presente em diversos estados e aumentando a cada ano o número de escolas interessadas, para as quais são oferecidos diversos materiais como livros, mini-laboratórios e até mesmo computadores, podem-se notar nele certas fragilidades, relacionadas ao caráter optativo do programa, conforme apontam Reis e Lobato (2011) ao descreverem uma experiência enquanto monitoras da oficina de Artes Visuais numa escola pública do Pará:

O público alvo do Programa eram alunos do primeiro ou segundo ciclo no ensino fundamental. Devido ao Programa ser extracurricular ao cronograma de atividades da matriz curricular da escola, as turmas foram compostas por alunos em séries diferentes e sem nenhum critério para formação, o qual comprometeu a qualidade das ações educativas. Critérios estes, que não levaram em consideração questões básicas como: níveis diferentes de aprendizagem, formação e faixa etária.(REIS; LOBATO, 2011, p.1)

Na prática, o que ocorre é que as atividades ou oficinas acontecem no contraturno e não estão inseridas na matriz curricular das escolas, funcionando muitas vezes como uma ação complementar, uma espécie de apêndice ao currículo oficial e ao PPP da escola.

Além disso, os alunos das escolas que aderem ao Programa Mais Educação também não são obrigados a participar das atividades, devido ao seu caráter optativo.

O mais grave, porém é que as escolas de baixo IDEB, talvez as que mais se beneficiariam com este programa governamental, não são obrigadas a participar do Programa.

Apesar da cartilha do Programa Mais Educação se utilizar de concepções anisianas para justificar a necessidade de ampliação da jornada escolar nas redes públicas (municipais ou estaduais), o que se verifica é que este esforço do governo federal está longe de conseguir implantar a escola de tempo integral idealizada por Anísio Teixeira: concebida filosoficamente, pensada em seus mínimos detalhes, a partir da planta dos prédios escolares, e construída com entusiasmo político-pedagógico, por um educador, filósofo e político, que tinha uma concepção de educação escolar ampliada, laica, pública, aberta a todos, onde eram consideradas a socialização, a cultura, as artes, a preparação para o trabalho e a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento anisiano, conforme Oliveira (2012, p.2) tem sofrido críticas de alguns educadores, que vêem nele um "otimista pedagógico" que concentrou grandes expectativas no caráter salvacionista da escola, por ver na educação a principal via de acesso das classes populares aos bens socialmente construídos, enxergando nela possibilidades de retirar o indivíduo da privação cultural, social, principalmente econômica e, como consequência retirar o país da condição de atrasado, alavancando seu progresso de forma coletiva.

Não é possível, porém, conseguir explicação razoável, ou mesmo absurda, para que determinados grupos de pessoas acusassem Anísio Teixeira de visionário, irrealista, educador desligado daquele fato que justificou e ainda justifica os muitos desacertos na educação que é a tal "realidade brasileira". Os que se julgavam dentro da realidade brasileira, pragmáticos e objetivos, eram aqueles que entendiam (a espécie não está extinta) ser possível fazer educação sem escola adequada,

sem professor preparado, sem o material de instrução necessário e com recursos financeiros insuficientes. Eram, e ainda são os que acreditam que qualquer prédio pode servir para funcionamento de uma escola e confundem alfabetização com educação. Anísio Teixeira era tido por tais críticos como um desligado das verdadeiras condições brasileiras, ao querer uma educação em dia integral, escolas em edifícios especificamente construídos para o ensino, recursos suficientes para uma educação de alto nível, não importando a classe econômica e social do educando. Anísio Teixeira era considerado um sonhador porque desejava o que era, julgavam alguns, inexecutável para o Brasil, pois não planejava escolas muito simples, muito modestas, mesmo pedagogicamente pobres, mas em número suficiente para alfabetizar a massa, que assim continuaria a ser massa, enquanto uns poucos, os que pudessem comprar a educação, continuavam a serem elites. (OLIVEIRA, 2012, p.3)

Neste sentido, para tais críticos, as concepções de Anísio Teixeira sobre indivíduo, educação e sociedade continham um caráter positivista, dado que, segundo eles, o educador ignorava as contradições histórico-sociais e econômicas do Brasil da época.

No entanto, o pragmatismo deweyano que fundamenta as concepções de Anísio defende uma posição ativa do indivíduo na reconstrução cotidiana das experiências e, diferentemente do positivismo, "considera o pensamento reflexivo como fruto do enfrentamento com situações problemáticas e gerador, a cada momento, de formas momentaneamente mais adequadas e não padronizadas para enfrentar tais situações." (CAVALIERE, 2010, p.16)

Sendo assim, infere-se que as concepções e crenças anisianas contradizem com uma organização social equilibrada e estável como desejam os positivistas.

Faz-se necessário para avançar nas discussões, desmistificar a função da escola de tempo integral, retirando seu caráter multifuncional, compensatório ou assistencialista da qual tem sido vítima. É preciso avançar no debate público sobre a ampliação da jornada escolar como possibilidade de melhoria da qualidade do

ensino público, além de torná-la uma política pública de Estado mais efetiva, ao invés de descontinuadas, passageiras e oportunistas políticas de governo.

ANÍSIO TEIXEIRA AND THE DEFENSE SCHOOL FULL TIME: THE NECESSARY DEBATE IN VIEW OF THE LDB AND PNE

ABSTRACT

This article discusses the importance Anísio Teixeira's thought from the philosophical presuppositions and educational american philosopher and educator John Dewey, for the construction of a theoretical and practical full time education in Brazil, from the 1920s, in movement educational called new school. In contact with the Dewey's ideas, educator from Bahia conceived, proposed, built and maintained a public school full time, with advanced functions, which now needs to return to the political debate to be present in the LDB and also the goal of the project of National Plan Education 2011/2020, which stipulates that 50% of the public schools of basic education to work full time until the end of this decade.

Keywords: Full time school. Anísio Teixeira. Experience and education. John Dewey. Integral education.

REFERÊNCIAS

BOMENY, H. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009. Acesso em: 12 abr. 2012.

CAVALIERIE, A. M. Anísio Teixeira e a educação integral. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, SP, v.20, n. 46, p. 249-259, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

DEWEY, J. *Democracia e educação*: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional, 1959. 416 p. (Atualidades pedagógicas; v.21)

_____. *Experiência e Educação*. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo: C. E. Nacional, [s.d.]

_____. *Vida e educação*. Tradução: Anísio Teixeira. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Kramer, S. e GOBIM, S. "Avanços, Retrocessos e Impasses na Política da educação Pré- escolar no Brasil" In: *Educação e Sociedade*, ano X, nº 28, São Paulo: Cortez Ed., 1987.

MEC. Portaria interministerial n.17/2007, Programa Mais Educação – "Passo a Passo". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article> Acesso em: 4 abr. 2012.

MOSCOSO, L. Ceará tem mais escolas em tempo integral. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=719157>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, H. P. de. Anísio Teixeira e a fundação que tem seu nome.

Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro6/at_69.html>. Acesso em: 6 jun.2012.

PARO, V. H. et al. *Escola de tempo integral – desafio para o Ensino Público*. São Paulo: Cortez autores Associados, 1988.

TEIXEIRA, A. Administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.25, n.63, p.3-23, 1956. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/produde.htm>>. Acesso em: 7 mar.2012.

_____. Análise de sistemas e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.59, n. 129, p. 57-59, jan./mar.1973. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/produde.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

_____. Bases da Teoria Lógica de Dewey. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.23, n.57, p.3-27, jan./mar. 1955. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/produde.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

TIBALLI, E. F. A. *Pragmatismo, experiência e educação em John Dewey*. XXVI REUNIÃO DA ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2003, Poços de Caldas/MG Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/eliandafigueiredotiballi.rtf>. Acesso em: 5 maio 2012.

Recebido em: janeiro de 2013

Aprovado em: abril de 2013